AJUSTE FISCAL

Recessão não é meta do governo, diz Parente

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, se as medidas propostas foram aprovadas, o País retomará o crescimento no segundo semestre de 1999

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A aprovação pelo Congresso das medidas que dão sustentação estrutural ao Programa de Estabilidade Fiscal – a começar pelo caso mais imediato da reforma da Previdência – será fundamental para que as taxas de juros possam começar a cair com a velocidade que a sociedade deseja, disse ao **Estado** o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que co-preside a Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF).

Parente refutou os que dizem que a recessão é meta de governo. Na verdade, disse, se as medidas propostas pelo governo forem aprovadas, já no segundo semestre do ano que vem, o País pode voltar a crescer.

Segundo ele, ao projetar o crescimento para 1999, o governo teve de ser conservador. "Se fizéssemos uma projeção de receita superior à que poderia ocorrer, estaríamos indo contra os resultados do próprio programa."

Convencer parlamentares e governadores a apoiar as medidas amargas de ajuste fiscal passou a ser a principal incumbência de Parente. Ele passará a se dedicar inteiramente às negociações no front interno, enquanto o secretário de Política Econômica, Amaury Bier, se encarregará do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e de contatos com outros organismos internacionais. Bier chefia a missão brasileira que se encontra em Washington e deve retornar ao País em meados desta semana.

Segundo Parente, o Brasil será o primeiro a se beneficiar de uma nova modalidade de acordo com o FMI. Em vez de socorrer um país com reservas exauridas, o Fundo fornecerá recursos de forma preventiva.

Na sexta-feira, antes de anunciar a regulamentação do aumento em um ponto porcentual da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Parente deu a seguinte entrevista:

Estado – Agora, anunciado o Programa de Estabilidade Fiscal, quais os próximos passos?

Pedro Parente – Temos de separar os próximos passos em duas vertentes. Na vertente externa, estamos dando continuidade às negociações com a comunidade financeira internacional. Na vertente interna, temos a discussão do plano de estabilidade fiscal com o Congresso e a sociedade, explicando-lhes detalhes do programa e buscando mostrar seu significado como uma mudança realmente importante em nosso regime fiscal. No que se refere às negociações com o Fundo Monetário Internacional e com a comunidade financeira internacional, deve-se destacar a importância do comunicado emitido na sexta-feira pelo Grupo dos Sete (países industrializados), em que se faz referência a esse fundo de contingência, que é uma nova modalidade de operação com os organismos financeiros internacionais. O mecanismo, que ainda está em conformação, permitirá lidar com situações como as que vivem alguns países da América Latina, entre os quais o Brasil. Nós não temos problemas de reservas – elas são bastante elevadas –, no entanto, existe uma crise de confiança internacional que, sem nenhuma razão ligada aos fundamentos brasileiros, prejudica bastante a região e o País.

Estado – Qual o objetivo da missão brasileira que se encontra em Washington?

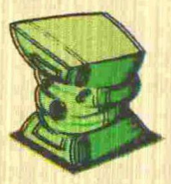
Parente – O objetivo da missão é explicar o Programa de Estabilidade Fiscal, discutir as medidas que estamos tomando e continuar – nessa etapa, agora mais próxima do encerramento – as negociações com a comunidade financeira internacional.

Estado – O acordo com o FMI vai ser feito no formato tradicional, com a vinda de missões técnicas para avaliar números da economia brasileira?

Parente – Exatamente por ser um mecanismo novo, nós o estamos construindo à medida em que ocorrem as discussões. O ministro Pedro Malan apresentou, em contatos internacionais, a idéia de que é um mecanismo novo, um mecanismo de contingência. Isso foi aceito. O presidente Fernando Henrique Cardoso falou sobre esse mecanismo em seu discurso no dia 22 de setembro. Depois disso, o presidente (dos EUA, Bill) Clinton falou sobre isso, assim como o (secretário-adjunto do Tesouro dos EUA) Larry Summers. O princípio está aceito. Como é uma coisa nova, ela está sendo construída em cima de um caso-piloto, que é o do Brasil. É muito difícil dizermos no momento como será o acordo.Olhamos com muita satisfação o fato de que essa necessidade não só foi compreendida como a comunidade financeira internacional está agindo muito rapidamente no sentido da criação dessa nova modalidade.

José Paulo Lacerda/AE

Parente: "Não está ao alcance do administrador público decidir se aplica ou não um contrato, ele é obrigado a fazê-lo, sob pena de ser responsabilizado por isso."



DIFICULDADE COM A BUROCRACIA DO FMI É NATURAL

Estado – Há notícias de que a burocracia do FMI estaria resistindo à formulação de um acordo não-tradicional.

Parente – Não vejo resistência da burocracia do Fundo. O que sempre existe, em qualquer burocracia, é que toda vez que tem mecanismo novo essas coisas requerem tempo adicional para implementação. Esse tipo de dificuldade é natural.

Estado – Vai haver um monitoramento das contas brasileiras?

Parente – É de se esperar que haja metas trimestrais e um acompanhamento delas. Mas, ao mesmo tempo, sendo um mecanismo de precaução, é evidente que uma parcela importante do acordo, qualquer que seja seu volume, estará disponível tão logo aprovado o programa.

Estado – São aqueles US$ 9 bilhões a que o Brasil teria em direitos especiais de saque no FMI?

Parente – Não tenho o que dizer agora. O direito especial de saque é ligado aos mecanismos tradicionais. Como estamos fazendo um outro tipo de acordo, de precaução, não necessariamente será vinculado à quantidade de cotas do Brasil no Fundo Monetário.

Estado – Mas, naturalmente, não será menos.

Parente – Por ser um mecanismo de precaução, é difícil estabelecer previamente um valor. Isso porque o valor não tem a ver com insuficiência de reservas brasileiras. Por isso, não se pode fazer um cálculo aritmético como se faz com um país que está quebrado, com suas reservas exauridas, e tem um cronograma de pagamento nos próximos xis meses. Uma parcela importante desse acordo estará disponível na aprovação do acordo. Quanto, não dá para falar, porque não está fechado.

Estado – Há alguma expectativa de prazo? Fala-se em duas semanas.

Parente – Os passos necessários tanto interna quanto externamente estão sendo dados. Internamente, foi anunciado o Programa de Estabilidade Fiscal. Externamente, as negociações caminham. Tenho razões para achar que o acordo estará fechado brevemente. Mas, pelas dificuldades já mencionadas, não é possível fixar um prazo. Não tenho dúvida de que será breve, muito breve.

Estado – A receptividade ao programa no Brasil e no exterior seria fator de atraso no acordo?

Parente – A receptividade foi razoável, a nosso ver. Devemos nos lembrar que se trata de um programa de estabilidade fiscal que muda verdadeiramente o regime fiscal brasileiro. Ele tem como premissas mudanças estruturais, mas necessariamente teria de vir acompanhado por medidas conjunturais que não são tão boas, têm seus defeitos e imperfeições. Diante dessas medidas conjunturais é que existe uma reação. Mas não existe reação contrária às medidas estruturais – o que acho absolutamente positivo.

Estado – Mas há muito barulho.

Parente – Existe um jogo político, existe um script na arena política, que está sendo seguido normalmente. O governo teve muito cuidado na divulgação dessas medidas, dando prioridade à área política. Antes de concedermos as entrevistas à imprensa, o presidente Fernando Henrique, acompanhado do ministro Pedro Malan, teve um café da manhã de trabalho com os líderes políticos. E nós (Parente e o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares) tivemos uma longa sessão com os integrantes da linha de frente dos partidos que apóiam o governo. Não foi uma discussão política, mas uma sessão de trabalho, onde as coisas foram discutidas a fundo.

Estado – Do ponto de vista externo, a reação não foi de entusiasmo. Há muitos artigos criticando o programa. No dia do anúncio do programa, US$ 900 milhões saíram do País.

Parente – No dia seguinte, saiu muito menos. O que motivou aquela saída foi um conjunto de fatores: houve pagamento da dívida externa, um fim de semana prolongado à frente – e a perspectiva do anúncio de um Programa de Estabilidade Fiscal, que fez com que alguns agissem preventivamente, achando que poderia vir alguma medida relativa ao regime de câmbio. O que evidentemente não veio e não virá. Aqueles que conheceram as medidas no detalhe não estão criticando. Apenas apontam problemas, que nós também apontamos, derivados de medidas como a da CPMF, por exemplo. Temos de nos lembrar que a maior parte dos problemas que viveremos neste País decorrerá da nossa eventual impossibilidade de reduzir rapidamente a taxa de juros, que se vincula em primeiro lugar com conjuntura internacional, mas principalmente com a situação de nosso déficit público. É uma constatação muito pragmática de que com este déficit vamos conviver com taxas de juros elevadas. Daí a necessidade desse programa que vai à raiz dos problemas e assim o fazendo terá a faculdade de nos permitir reduzir as taxas de juros o mais cedo possível.

Estado – Mas se o juro depende do equacionamento da questão do déficit, então não dá para pensar numa redução para logo.

Parente – Depende. Essa redução depende de nossa capacidade de demonstrar que as medidas que sustentam a implementação do Programa de Estabilidade Fiscal receberão o apoio devido pelo Congresso Nacional. As medidas não precisam ser todas aprovadas ao mesmo tempo – mesmo porque algumas delas não são necessárias logo, como o é o caso do Fundo de Estabilização Fiscal –, mas no seu devido tempo, a começar pela reforma da Previdência. Aprovada esta pelo Congresso, investidores, mercados, a sociedade brasileira e a comunidade internacional se convencerão de que estamos resolvendo os problemas no tempo devido, o que poderá permitir que se antecipe o resultado final desse programa, habilitando-nos a antecipar a redução das taxas de juros.

MEDIDAS NÃO PRECISAM SER APROVADAS AO MESMO TEMPO, POIS NEM TODAS SÃO NECESSÁRIAS JÁ

Estado – Então, em novembro, já vai ser possível ter uma idéia do horizonte para os juros.

Parente – Sem dúvida. Novembro já vai dar o tom.

Estado – Como o Ministério da Fazenda avaliou a reunião do ministro Malan no Senado, quinta-feira?

Parente – Diante da dureza de algumas das medidas e olhando-se para o que normalmente se espera da oposição e do governo, achamos que foi muito positivo.

Estado – Há agentes econômicos decepcionados pelo fato de o programa depender basicamente do Congresso, ou seja, o governo não ter controle sobre o que acontecerá com as medidas propostas.

Parente – Não devemos nos sentir frustrados por viver num país democrático. Pelo contrário, sinto-me muito orgulhoso da democracia que temos e do fato de que as medidas que são cruciais para o nosso País passem obrigatoriamente pelo Congresso Nacional. Se em alguns casos demoraram mais do que nós gostaríamos – o caso típico é o da Previdência – na maioria deles o Congresso agiu com muita rapidez. Não tenho crítica, ao contrário, critico esses que acham que deveríamos nos comportar como se estivéssemos numa republiqueta onde não existem instituições democráticas, onde os assuntos não são discutidos na sua profundidade. Essas pessoas deveriam ver isso como um ponto positivo, até para não influenciar aqueles fora do País que se escudam nesse tipo de avaliação.

Estado – Ou seja, influenciam as avaliações lá fora.

Parente – Os que fazem avaliação diferente apóiam-se na idéia de que seria melhor que o Poder Executivo tudo pudesse, com o que não concordamos. Estamos muito confiantes, muito serenos, sabendo da relevância, da importância do momento, mas dizendo o seguinte: na nossa visão esse programa de estabilidade fiscal, se aprovado, de fato representará a mudança fundamental que precisamos nessa área. Sem essa mudança vamos continuar permanentemente com este peso que segura o País, que é a taxa de juros.

Estado – Na próxima reunião do Comitê de Política Monetária, marcada para o dia 11, já é possível esperar uma redução dos juros?

Parente – Não fazemos esse tipo de previsão. É fudamental que essa taxa de juros possa baixar o mais rapidamente possível, mas isso não poderá ser feito artificialmente, sem que tenhamos fatos positivos tanto interna quanto externamente.

Estado – A aprovação da reforma da Previdência seria um fato?

Parente – Não há dúvida que a aprovação da reforma da Previdência neste mês, pelo Congresso, seria uma sinalização importante. Essa votação, indo bem, ajudará o País não apenas porque ajudará a evitar um colapso completo do sistema previdenciário do Brasil, como ajudará nessa seqüência de sinalizações que são relevantes.

Estado – Mesmo assim, o governo prevê uma redução de 1% no Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. Esse é um sinal custoso, em termos de expectativas.

Parente – Quero deixar bem claro que não é meta do governo a recessão, não é meta do governo crescimento negativo no ano que vem. O governo quer crescimento, não existe nenhum louco no governo. O presidente Fernando Henrique é um político de carreira, que se pudesse ele estaria fazendo tudo aquilo que as pessoas associam a que seja o bem: aumento de salários, obras a valer. Mas o presidente responsavelmente sabe que se fizer isso produzirá alegria efêmera, uma bolha, com conseqüências extremamente graves no futuro. O que o governo fez foi mostrar que, considerando a conjuntura internacional e o ritmo da economia hoje, precisaria ser necessariamente precavido e conservador em suas projeções de crescimento, porque isso afeta a receita pública. Se não fôssemos conservadores, teríamos uma previsão de receita acima do que ocorrerá, gerando uma pressão contra o resultado do programa. É muito melhor partir de um ponto de vista conservador ao estimar as receitas para o futuro, e ir melhorando essa percepção ao longo do ano que vem.

É MELHOR PARTIR DE UM PONTO DE VISTA CONSERVADOR AO ESTIMAR AS RECEITAS PARA O FUTURO

Estado – Mas 1% negativo é um sinal ruim.

Parente – É a média de crescimento de 1999, que se considera que venha a ser inferior à média deste ano. Mas em termos de trajetória, achamos que, se tudo correr como se espera, com a aprovação dessas medidas dentro do calendário, um inequívoco apoio do Congresso, vamos ter uma trajetória de crescimento a partir do terceiro ou quarto trimestre absolutamente positiva, com resultados também favoráveis nos anos seguintes. Tudo isso depende da taxa de juros. Por isso, nós insistimos em dizer que, no melhor dos cenários, poderemos ter uma redução mais rápida das taxas de juros. No pior, quem é que sabe?

Estado – Há um movimento de resistência dos governadores ao programa. O governador eleito do Rio, Anthony Garotinho, afirmou que precisa contratar. O do Distrito Federal, Joaquim Roriz, quer dar aumento para o funcionalismo. Como manter a disciplina fiscal num quadro assim?

Parente – Temos de lembrar que os tempos da inflação acabaram. Não é possível mais financiar déficit público com a inflação. Só podemos aumentar os gastos públicos se houver aumento de receita ou de endividamento. Aumento de receita é difícil antever nessa quadra em que estamos vivendo. Aumento de endividamento não tem espaço. Quem sou eu para dar qualquer orientação aos senhores governadores eleitos? Mas se me permitissem uma sugestão é de que antes de se comprometerem com qualquer gasto adicional, que verifiquem se, de fato, há possibilidade de cobrir esse gasto. O que não pode é achar que o governo federal sairá em socorro desses Estados, porque o governo federal já está em situação deficitária.

Estado – Um outro programa de refinanciamento de dívida, talvez?

Parente – Fora de cogitação.

Estado – Os contratos assinados com os Estados recentemente dão instrumentos para o governo federal enquadrar aqueles menos disciplinados. Como está sendo feito esse acompanhamento?

Parente – Não haverá renegociação dos acordos. O Tesouro Nacional está mantendo um acompanhamento permanente desses contratos. Acho que é dever, é obrigação do funcionário público, do administrador público, zelar pelo cumprimento dos contratos públicos. Não está ao alcance do administrador público decidir se aplica ou não um contrato, ele é obrigado a fazê-lo, sob pena de ser responsabilizado por isso. O orientação do presidente da República e do presidente do Congresso é que os contratos sejam cumpridos.

Estado – E estão?

Parente – Se olharmos a história recente, desde a primeira negociação de dívida, observamos que esses contratos têm sido rigorosamente cumpridos e, em especial, pelos Estados mais pobres. Não existe caso de inadimplência de Estados menores, como Bahia, Sergipe e outros que rigorosamente pagam suas prestações mensais, até porque bloqueamos as contas do Fundo de Participação. Portanto não seria justo com esses Estados que já cumprem suas obrigações, que Estados mais poderosos, sob o ponto de vista econômico, pensem em renegociar esses contratos. Com isso, estou repetindo uma determinação do presidente da República e uma manifestação muito enfática do presidente do Congresso Nacional, com a qual concordo plenamente.

Estado – Nesse cenário de retração econômica, é de se esperar que os Estados tenham queda de arrecadação. Nem assim o valor das parcelas será revisto?

Parente – Não, até porque o pagamento é um porcentual da receita líquida. Se cai a arrecadação, cai também o pagamento da dívida. A retração afeta igualmente as receitas do governo federal. Não existe mais uma entidade no País, chamada governo federal, que é uma fábrica de dinheiro. Precisamos chegar ao tempo em que teremos uma federação verdadeira nesse País e isso passa pelo fato de cada um cuidar de si.

Estado – O ministro Malan, na quarta-feira, disse que havia quatro Estados sendo punidos pelo descumprimento do acordo. A lista cresceu?

Parente – Não sei qual foi a palavra que o minsitro utilizou, mas o fato é que temos autorização para bloquear contas. É uma questão contratual. Isso está sendo feito, exatamente como o autorizado. Essa autorização engloba também as receitas do ICMS. Não negociamos ou fizemos um contrato com pessoas físicas. Procuramos observar, respeitar, dentro de uma moldura única, mas com algum espaço para acomodar situações individuais, e procuramos exatamente respeitar essas situações individuais. Foram contratos assinados com os governadores legitimamente eleitos desses Estados, previamente aprovados por suas assembléias legislativas, e é um contrato que obriga pessoas jurídicas de direito público, que obriga o Estado, não o governador que sai.

Estado – Teremos retração econômica, os governos terão de cortar gastos, haverá demissão no setor público. Estamos entrando no purgatório ou esse já é o inferno?

Parente – Vamos ter recessão? Possivelmente, mas não com certeza. Precisamos reduzir gastos públicos? Sem a menor dúvida. O que estamos dizendo é só o seguinte: que tal se a gente resolvesse este problema de uma vez por todas e parássemos de ficar perturbando a sociedade, os empresários, os que produzem, os que trabalham, com um conjunto de medidas econômicas a cada vez que ocorre uma crise internacional? Que tal se resolvêssemos isso de uma vez? E isso só pode ser feito pela via da reforma estrutural, devemos entender isso de uma vez por todas. Se o Congresso entende que isso é necessário, esse fazer de uma vez por todas, então não há a menor dúvida que teremos a possibilidade de atingir o potencial de crescimento que este País tem. Mas se não atentarmos para isso, se continuarmos a querer contemporizar com a situação, fazendo as coisas pela metade, aí a coisa fica complicada e estaremos simplesmente prolongando o sofrimento. Acho que o mais importante de tudo é transmitir essa idéia com clareza. O que precisamos fazer, façamos de uma vez só. Todos pagaremos um preço menor se for assim.